

Sou fera, sou bicho, sou anjo e sou mulher: experiências sociais de mulheres que visitam homens na prisão¹

Ana Caroline Montezano Gonsales Jardim²

Resumo: O trabalho apresentado teve por objetivo problematizar a participação de mulheres que visitam homens presos, nas dinâmicas produzidas no cárcere. Para tanto, foi realizado um estudo de caso em um estabelecimento prisional da região metropolitana de Porto Alegre/RS. a pesquisa mostrou a necessidade de se repensar a relação prisão/famílias/mulheres, pois ao mesmo tempo em que as familiares são consideradas de modo positivo quando vinculadas a um ideal de readaptação do preso/apenado, também passam a ser responsabilizadas pelo abastecimento das trocas que alimentam o denominado fundo da cadeia. Entre os elementos que conformam as sobrecargas de punições a estas mulheres, sem dúvida alguma, o dia da visita é uma das dimensões mais emblemáticas, tendo em vista suas particularidades e os mecanismos de punição às visitantes. O que na gíria da cadeia já é dito pelos próprios presos, afinal “quem puxa a cadeia são as famílias”. **Palavras-chave:** prisão, homens presos, mulheres, visitas.

1. Introdução e aspectos metodológicos

A representação social³ das mulheres em torno da execução penal, vincula-se prioritariamente ao acompanhamento dos parentes presos (homens) como um recurso frente às lacunas do Estado. Tendo em vista as demandas por assistências que emergem no cotidiano prisional, sobretudo no contexto de situações precárias encontradas nos presídios brasileiros. Soma-se a essa condição o papel de provedora e educadora dos filhos.

É a mulher, mãe ou esposa, que visita e acompanha os presos e que invariavelmente trata dos problemas ligados à execução penal. No caso das esposas e companheiras, estas acumulam o papel de provedoras e educadoras dos filhos. Além disso, realizam visitas, que muitas vezes são dispendiosas, em presídios distantes, e ainda, de defensora, buscando os recursos jurídicos necessários para obtenção dos direitos estabelecidos na execução da pena (WOLF, 2005, p. 51).

¹ IV ENADIR, GT 01 01. Antropologia nas prisões: sobrecargas de segregações.

² Mestre em Serviço Social e Doutoranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

³ Em termos de representações sociais, “[...] cada sociedade disponibiliza símbolos, representações sociais e conceitos normativos que são veiculados pela religião, pela educação, pela ciência, pelas organizações e pelas instituições sociais – escola, família, mercado de trabalho, entre outros –, que contribuem para a reprodução dos papéis sociais por meio de valores, atitudes e comportamentos que são compartilhados por homens e mulheres”. (PASINATO, 2006, p. 142)

Nos dias de visitas aos estabelecimentos penais, as mulheres se confrontam com longas filas, principalmente nos presídios masculinos, onde há predominância de mulheres, companheiras, mães e crianças na visitação ao parente preso. Evidencia-se, assim, a construção social em relação ao papel de cuidadora, o que pode ser pensado com base em um conjunto de atribuições e imagens que se projetam às mulheres, principalmente na figura da mãe enquanto sacrifício (RAGO, 1997).

Tais circunstâncias, que não anulam a relação dessas mulheres com suas famílias e seu desejo de manter vínculos com os parentes presos, permitem refletir o imaginário em torno de visitas e visitantes, em acordo com a colocação de Romano (1987, p. 130): “O homem é em si e para si e a mulher é para o outro”.

Um dos procedimentos adotados nos dias de visitas são as revistas íntimas, em que visitantes têm de se submeter à inspeção realizada a fim de evitar-se a entrada de utensílios proibidos e drogas no interior dos estabelecimentos, sob argumentação de que são os responsáveis pelo abastecimento das trocas informais que alimentam o denominado fundo da cadeia ⁴

Cabe ressaltar, que no estado do Rio Grande do Sul, até um determinado momento, as revistas eram realizadas com a pessoa despida, e as mulheres acima de 12 anos deviam agachar-se; após, deitadas, eram submetidas à exame vaginal (WOLF, 2005). O que corrobora a perspectiva de mecanismos punitivos aos familiares, neste caso, às mulheres.

Seus familiares são submetidos a toda sorte de constrangimentos. Mães, esposas e crianças devem aguardar fora dos presídios, durante horas, de pé, em fila sob sol ou chuva, para que possam participar dos procedimentos de revista, suplício contemporâneo, criado pela tecnoburocracia prisional (ROLIM, 1999, p. 17).

As vivências enfrentadas são múltiplas, para além das revistas e dos procedimentos burocráticos inerentes à prisão, passam também por rituais levados a efeito nas vizinhanças do presídio, que antecedem até mesmo à espera nas filas. A preparação não começa apenas no momento em que devem deixar seus pertences pessoais nos bares que existem na frente dos estabelecimentos, onde pagam para poder deixar bolsas, documentos que não podem entrar e, até mesmo, fazem o aluguel da roupa ou do chinelo

⁴ A expressão “fundo da cadeia” é problematizada por Guindani (2001) quando menciona as formas de controle, sutis e camufladas, desenvolvidas pelos grupos de poder informal que fazem parte de uma rede de micropoderes prisionais.

que seja pertinente à entrada. A preparação ao dia de visita estende-se ao cotidiano das mulheres, pois muitas vezes precisam adaptar seu modo de vida à rotina institucional.

Nesse sentido,

A importância das mulheres na situação do encarceramento masculino se sobrepõe, dada sua atribuição de cuidado material e moral na família e pela articulação das redes. (SANTOS; JARDIM; AGUINSKY, 2009, p. 229).

A rotina das práticas de segurança nas instituições prisionais reproduz a visão sexista e binária da sociedade, onde o homem possui um lugar central como medida de todas as relações. “São linhas predefinidas, cuja fixidez está orientada pela concepção dual de que ser homem ou mulher define a posição que o indivíduo adquire e o espaço a ser ocupado” (CHIES; COLLARES, 2010, p. 409).

O espaço predefinido a ser ocupado pelas mulheres nos presídios masculinos circula em torno da imagem de cuidado, à medida que suprem as lacunas do Estado para com o homem preso. E, ao mesmo tempo, vivenciam processos de assujeitamento criminal (MISSE, 2008) ao se inserirem em redes de apoio que interagem na organização de grupos de poder informal no fundo da cadeia.

Por outro lado,

O afastamento dos homens é percebido como uma situação transitória, cabendo justamente às mulheres de respeito a agilização de recursos que possibilitem seu retorno ao grupo familiar. Isso implica na convivência com as instituições que atuam no âmbito do discurso jurídico – penal e direitos humanos, do qual passam a se apropriar e relacionar. Esta nova atribuição feminina, que consiste na tramitação dos processos penais e na garantia da sobrevivência dos parentes presos, indica não só que as mulheres agem como intermediárias nos espaços públicos como também permite uma inserção política nessas diferentes instituições. Frente a isso, o aprisionamento de um parente homem exige que as mulheres fortaleçam suas redes de parentes, amizade e vizinhança, visando à manutenção dos vínculos com o homem na cadeia e o restabelecimento da honra familiar. Agindo desse modo, elas cumprem um papel socialmente esperado (SANTOS; JARDIM; AGUINSKY, 2009, p. 230).

Destarte, a pesquisa realizada buscou conhecer e analisar o cotidiano das mulheres em uma prisão masculina. O que ocorreu através de observação participante em dias de visitas, como também, da utilização da técnica de história oral temática e grupo temático, em que foram identificados temas emergentes que perpassaram a experiência social das mulheres com as dinâmicas prisionais. Os temas emergentes foram analisados por meio da incursão e leitura (MORAES, 2007) da realidade pesquisada, produzindo pelo relato

oral o desvelamento da experiência social das mulheres em um sistema social complexo como a prisão.

O tipo de pesquisa proposto caracterizou-se por ser um estudo de caso, como destaca Roesse (1998, p. 195): “A opção por um estudo de caso se dá, portanto, no momento em que nossas questões atingem um tal grau de detalhamento, que apenas a observação da realidade concreta em pleno funcionamento nos permite obter respostas. O estudo de caso é, na realidade, uma experiência prática”. Assim, privilegiou-se o estudo da realidade de um estabelecimento em suas redes de funcionamentos e dinâmicas.

A abordagem qualitativa e exploratória teve a intenção de alcançar as experiências sociais das mulheres em relação aos meios de inserção na prisão. Marconi e Lákatos (2003) referenciam a pesquisa que utiliza a amostra do tipo intencional como sendo não probabilística, na qual o pesquisador interessa-se pela opinião, ação e intenção de determinados grupos populacionais. Por esse aspecto é que foi priorizado a qualidade do estudo, bem como a inserção das participantes no processo.

Mais do que buscar índices, modas, medianas, buscam-se significados, mais do que buscar descrições, buscam-se interpretações, mais do que buscar coleta de informações, buscam-se sujeitos e suas histórias (MARTINELLI, 1999, p. 21).

A abordagem qualitativa na pesquisa social permite trazer ao meio acadêmico o que os participantes pensam sobre o que está sendo estudado, valorizando a fala dos sujeitos e suas vivências, e não apenas o ponto de vista do sujeito pesquisador (MARTINELLI, 1999). Minayo (1992, p. 135) enfatiza a observação⁵ como essencial ao trabalho de campo e à compreensão da realidade. A autora aponta a observação como uma “forma complementar da captação da realidade empírica”, tendo suas raízes na antropologia.

O grupo temático foi realizado com os profissionais que integram a equipe técnica do estabelecimento prisional, com o objetivo de conhecer suas percepções acerca da inserção das mulheres nos ambientes prisionais. Minayo (1992, p. 129) destaca a

⁵ As observações ocorreram em dias de visitas e em dias destinados pelo estabelecimento para atendimento aos familiares dos presos. As entrevistas com base na história oral, foram realizadas com mulheres que realizam visitas. As histórias contadas pelas mulheres serão apresentadas pelo código F, seguido de numeral, de modo a não as identificar. Para realização dos grupos foram utilizadas questões norteadoras lançadas aos integrantes da equipe técnica do estabelecimento. Nesta apresentação serão codificados com a letra E, seguido de numeral. A pesquisa foi realizada no período de 2009 à 2010, em um estabelecimento penal masculino da região metropolitana de Porto Alegre, RS.

especificidade do grupo temático, o qual se configura por diferentes opiniões, relevâncias e valores de quem participa do processo grupal, por meio da valorização de pensamentos diversos e heterogêneos, ampliando a visão do pesquisador sobre determinado tema. A valorização do relato oral foi o fio condutor de toda abordagem metodológica desta pesquisa. “O relato oral é o mais antigo registro de informação e conservação do saber. A principal forma de comunicação do homem é a fala. A narrativa do sujeito é uma explicitação que faz da sua própria vida” (ROJAS, 1999, p. 90).

Meihy (2007) destaca que pela captação acadêmica das histórias vividas, revela-se o próprio funcionamento das sociedades, uma vez que a história oral temática é sempre de caráter social. Logo, a prisão enquanto um complexo social pode ser problematizada por meio das falas apresentadas. Assim, com base na história oral temática, buscou-se evocar uma dimensão de memória coletiva que ao mesmo tempo que é produzida coletivamente, revela-se em diferentes aspectos na singularidade das vivências cotidianas. Como salienta Bauman (2008, p. 22), “a articulação das histórias de vida é a atividade por meio da qual o significado e o objetivo são inseridos na vida”.

2. As mulheres que contam suas histórias: da mulher que visita o preso à mulher que trabalha na prisão

As histórias são contadas por meio de um movimento de *entrelugares*, pois ao mesmo tempo em que as mulheres que trabalham na prisão, manifestam um certo distanciamento em relação às visitantes, podem ser confundidas com as que realizam visitas, pelos guardas. Circunstâncias que ocorrem com certa frequência na prisão e se configurarem como um espaço de fronteiras entre um olhar diferenciado. Por outro lado, do ponto de vista de alguns integrantes da equipe técnica (que prestam atendimento aos presos e visitantes) do estabelecimento prisional, percebe-se a convivência de uma leitura pragmática do cotidiano profissional, com olhares diferenciados para a realidade dos presos, e de suas visitantes.

Então observa quem tá entrando, olha quem tá entrando. Olha se não parece um dia no interior, com sacola, com criança, com tudo que tem direito, e aquele ali é o preso, aquele ali que dizem que têm que matar, as pessoas enxergam isso? Não, não querem enxergar! É mais fácil matar, é mais fácil prender, é mais fácil achar que tirando ele da sociedade vai ser melhor (E7).

E no anverso dessa leitura, alcança-se uma visão pragmática da realidade em que processos opressivos são naturalizados.

Mas eu acho que para a grande maioria das mulheres é um sofrimento muito grande, também, e é um estigma muito grande. Só que elas já devem estar acostumadas ou fazer de conta que não (E5).

Esse contexto pode ser melhor compreendido com uma breve apresentação das quatro mulheres entrevistadas, que tematizam sua experiência social de serem visitantes de presos. A primeira entrevistada foi F1, que é companheira de um apenado, o qual está em cumprimento de pena. Ela esclareceu que o visita há um mês, pois os dois estavam em prisão provisória pelo mesmo processo e ela foi absolvida.

Eu tenho 25 anos, estudei até a 6ª série, sou do lar, mas o meu sustento é um benefício social, a bolsa família. Eu também estive presa, e agora faço visitas ao meu companheiro que está preso. Vai fazer um mês, fez um mês ontem que eu estou visitando. Pra mim, eu me sinto assim presa. Por mais que eu esteja aqui na rua eu acabo sendo presa. Porque tu acaba passando por um transtorno. Às vezes eu tô tão empolgada pra visitar que eu vou levar o que eu conseguir. Não é grande coisa, mas já ajuda ele lá. Depois tu entra, tu vê aquela grade, tu vê tudo te revistando, tu acaba te sentindo mal. Eu acabo me sentindo nervosa, entrando numa depressão, me sinto mal, por tudo isso sabe (F1).

A entrevista com a F2 foi a segunda a ser realizada.

Eu tenho 52 anos, recebo uma pensão do pai da minha filha por morte do pai dela e sou artesã, quando eu consigo vender eu vendo. Moro com minha filha e meu filho. É um pedaço da minha vida que tá lá dentro, é um pedaço de mim que tá trancado lá dentro, coisa mais triste é tu sair de lá, que a hora que tu entra lá dentro e depois que tu vai sair assim, aqueles portões assim se fechando. Cara que o mundo tá terminando, parece que é a última vez, cada vez que tu chega na presença de uma pessoa que tá presa. Eu agradeço porque parece pra ti que é a última vez que tu vai ver aquela pessoa, é a sensação que te dá assim. Porque tu começa a pensar nessas coisas que dá, porque eles prendem lá dentro as pessoas e dá aqueles revertério lá de preso, tu tem que sair rezando e pedindo pra Deus que não seja a última vez, o que tu ouve deles lá, o queixume, aquela tristeza, o desespero, e ainda tu pensar nisso, ainda que, a esperança que eles tem que, principalmente o meu filho, a esperança que ele tem de sair de lá e começar a vida dele (F2).

As entrevistas com a F3 e a F4 foram realizadas em um mesmo dia, no local onde costumam se reunir, pois fazem parte de um grupo que reivindica os direitos dos presos.

Sou aposentada, estudei até o primeiro ano do 2º grau, moro aqui em Porto Alegre com meu marido. Isso não era o que eu imaginava para o meu filho, e no caso dele, ele está arrependido hoje de estar lá encarcerado e eu aqui fora, com o compromisso de estar lá todos os dias, para poder ver o meu filho. Se eu não for vê ele, a minha filha vai. Mas eu fiquei mais doente nesse meio-tempo e a minha filha disse “não mãe você já esteve doente, não vai mais ver o mano, deixa que eu e o

pai vamos”, daí que eu fiquei mais doente, aí acharam melhor deixar eu ir, [risos] mesmo morrendo vai ver o filho dela, vou deixar ela ver o filho dela (F3).

Tenho 30 anos, sou estudante, moro em Porto Alegre com meus filhos. O meu familiar? São familiares, tive três irmãos presos e um deles morreu dentro do [estabelecimento], agora um está preso. Me sinto impotente, porque vê eles naquela situação é um horror, as condições lá são degradantes, não tem, eu penso até mesmo que não tem como a ressocialização deles naquele jeito, eles vão ficar piores, nem aqui fora vão dar oportunidade alguma a eles, nem para mim, para família também, não tem oportunidade alguma, se não lutar, não vamos sair dessa cadeia de vulnerabilidades, é muito complicado (F4).

Os relatos apresentam as situações de sofrimento que as mulheres vivenciam, e o modo como cada uma se organiza com suas responsabilidades para com o preso. Também se torna visível em suas falas o cuidado que dispensam ao familiar que cumpre a pena, pois perante as situações de privações, abrem mão do seu próprio bem-estar para garantir ao outro o mínimo conforto, considerando seu próprio bem-estar diretamente ligado ao bem-estar do parente preso e a manutenção do vínculo.

Mesmo que os olhares direcionados às mulheres sejam estereotipados, como se elas estivessem acostumadas à violência institucional, chama a atenção os processos justificadores dessa visão por meio da percepção de que estão inseridas em um contexto social de violência, em suas comunidades de origem. São argumentos como esses que desconsideram as vivências e o sofrimento a que estão expostas. Por outro lado, coexiste o reconhecimento de que há mecanismos de violência institucional dirigidos às mulheres visitantes. A fala a seguir sinaliza o estranhamento frente ao tratamento dispensado às mulheres, pois, nesse caso específico, a situação é vivenciada por uma funcionária da casa, que por sua vez é identificada como alguém que não está acostumada a esse contexto.

Eu to com uma situação de uma pessoa que veio trabalhar aqui como funcionária e agora ela tá fazendo visita, eu to vendo um sofrimento muito grande porque ela já passou por um lado, e agora ela tá no outro, e como ela não tava acostumada, ela tá tendo um sofrimento muito grande, porque esse olhar, de fora, de tratamento para quem vem fazer a visita, quem passa por uma revista, acaba sendo equivalente ao preso pra quem tá de fora. E nós, semana passada, não sei se vocês estavam, quando a gente tava ali embaixo e tinha uma turma de estudantes que veio conhecer, e eu não sei se eles nos olharam, e eles pensaram quem são essas, como se fossem um familiar mesmo, e era uma coisa desconfiada olhando assim (E1).

Ainda, as ocasiões que fazem com que as funcionárias sejam confundidas com mulheres visitantes se configuram como catalisadoras para a percepção de que existe uma visão diferenciada em relação a estas, que pode ser considerada como uma extensão do olhar que é lançado aos presos por parte da segurança.

Eu já passei por situação de entrar com uma sacola, trazer, sei lá o que eu trouxe na sacola, e estava sem o crachá e o funcionário que não me conhecia olhou e disse: “sua carteirinha” (E2).

Entretanto, essa percepção é reduzida quando trazem questões externas do meio social, justificando-se novamente por uma leitura pragmática da realidade.

E aí a gente percebe a diferença de quando tu passa pelo outro portão ali, como funcionária, o olhar é outro. Mas eu acho que essas pessoas têm toda a questão da cultura, da vila, e tal, mas assim, eu acho que já estão acostumadas desde pequenas (E5).

Neste caso, a profissional entrevistada utiliza-se do contexto cultural como justificativa para as situações de violência às quais as mulheres visitantes estão expostas no sistema prisional.

3. Entre as redes de apoio e o fundo da cadeia

As redes de apoio, no contexto prisional, são geradas tanto na perspectiva de auxílio ao preso, frente às limitações do Estado em atender suas necessidades, quanto são geradas pelas próprias mulheres no sentido de ajuda mútua, para que consigam acompanhar o familiar que cumpre a pena.

As próprias amizades que a gente faz não são por galerias é por ser unida ali na fila. As amizades que a gente faz ali é aquela pessoa batalhadora, que a gente vê que faz de tudo pra visita. Que nem eu tava te dizendo aquele dia que tu me ligou, eu recebi, eu não apaguei pra ti mostrar, eu recebi uma mensagem de uma menina, é uma das primeiras a ir pra fila, então ela guarda lugar pras meninas que chegam de noite. Então ela me ligou eram nove horas. “Tu tem como vir pro presídio agora pra guardar lugar pra gente que eu tenho que ir pro meu serviço e eu preciso de alguém”. Aí, eu “puxa eu to dormindo” sabe. Aí eu disse “ai só não tenho passagem mais. Até umas dez horas tu me liga que...”, até foi os meus vizinhos aqui da frente que me deram dois pila. Depois lá por umas quatro horas ela me mandou mensagem: “to chegando”, pra mim poder vir pra casa. Então tu acaba fazendo aquelas amizades, uma apoia a outra ali. Tanto pro cigarro, pro cafezinho tudo, tudo. Tu ta com fome sabe? É bem constrangedor. Tem umas que tu vê assim que não tem nada. Nem a passagem de ir pra casa. Uma acaba ajudando a outra. E quando elas pedem favor assim: “ah tu pode entrar com um dinheiro a mais pra mim?” Eu sou uma que acaba sempre entrando. Não me custa assim (F1).

Pelas relações de reciprocidade, em troca da ajuda e do apoio para que possam acessar ao ambiente prisional e auxiliar seu parente preso, interagem em redes informais que podem remeter às condutas ilícitas, passando pelo processo de assujeitamento criminal (MISSE, 2008). O exemplo aqui citado refere-se à entrada de uma quantia de dinheiro maior que o permitido, no entanto, outras trocas também passam a ser acessadas. Podem ser consideradas também as redes entre os próprios presos que, não obstante, adquirem funcionamento a partir da manutenção das mulheres visitantes. O relato de E1 manifesta essa dimensão:

Mas em primeiro lugar também a necessidade real porque o Estado não fornece nem o mínimo, então assim, material de higiene, roupa, isso tudo precisa, o ser humano precisa, então elas trazem também por isso, depois rebate todas essas situações que as gurias estão falando, sim de comida também porque muita gente não consegue nem comer (E1).

A fala a seguir revela o funcionamento de determinadas dinâmicas, sobretudo, quando ela diz: “a lei da cadeia é assim”.

E pra cabeça deles que tão presos, sentem abandonados praticamente. Tem visitas que não vão, tem visitas que não levam nada pra eles. Eles acabam comendo a comida do panelão. O presídio ganha doação de sabonete, sabão, sabão em pó, produto sanitário. Mas eles não ganham. Então eu sei que vêm doações, mas eles dão quando querem. Quando tu merecer, eu dou, se não eu não dou nada. E quem não tem o familiar que não leva as coisas pra eles, o que eles acabam se submetendo, eles acabam se oferecendo pra lavar roupa do próprio preso, pra ganhar um sabonete, um papel higiênico. O presídio ele também ganha doações de roupas. Tu acha que eles dão? Eles não dão. Ganham, mas não dão. É raro darem. Bem raro. Então ali a lei da cadeia é assim: se eu fui absolvido ou saí numa preventiva, que a preventiva como tu tá preso, como tu saiu do presídio tu pode voltar. A lei da cadeia é assim: tudo que tu ganhou do teu familiar, tu não é obrigado, tem a escolha, mas se tu quiser deixar pra quem não tem, tu deixa. Porque tu pode voltar e tu tá numa situação de não ter uma visita e eles poderem te apoiar (F1).

O fundo da cadeia, como tema emergente, remete às dinâmicas prisionais, cuja especificidade é demarcada para além da autoprodução de um proceder carcerário genérico⁶, mas que configura a atuação mais intensa, inclusive em termos de obrigações para com as visitantes, dos grupos de poder informal frente aos códigos do cárcere. Também pode ser considerado que a atuação desses grupos gera uma sobrecarga às

⁶ Segundo CHIES (2008, p. 27): “pode-se entender tanto pelo conjunto de regras que regulam o comportamento e os valores do grupo de encarcerados, como, também, a própria adequação fática e subjetiva dos reclusos a esse conjunto de regras”.

visitas, as quais passam a ser convocadas a atender as obrigações do fundo da cadeia e, por outro lado, precisam se manter com uma imagem de respeito perante os agentes do Estado.

Por outro lado, formam-se redes e economias informais as quais se constituem pelo contexto que circula em torno do ambiente prisional. Não obstante, essas redes e economias externas afetarem os modos de vida das mulheres visitantes, interligam-se ao próprio contexto interno da prisão.

A partir da observação, pude perceber o comércio que permeia o contorno prisional, desde os bares até os lugares na fila de entrada, pois muitas mulheres dormem nas filas e no dia seguinte vendem seu lugar. Alguns familiares comentaram que dependendo da posição que determinadas pessoas ocupam nas filas, estas exercem lideranças em relação às demais. Outro fato destacado, embora não presenciado por mim, é que o contexto do tráfico de drogas perpassa este em torno, pois muitas mulheres exercem funções de mulas, levando drogas ao ambiente prisional mesmo que não tenham vínculo com o preso visitado (JARDIM, 2009, Diários de campo).

A identificação de um contorno prisional demarca a relação de autoeco-organização vivenciada pelas mulheres visitantes. Pois se existe um controle formal por parte do Estado, as mulheres também constroem modos de resistência a esse poder. No entanto, ainda que expresse uma relação de autonomia aos mecanismos coercitivos do Estado, essa autonomia, como salienta Morin (2001), é alcançada pela dependência do meio. Nesse contexto, as condições concretas que demarcam o meio ao qual estão inseridas.

Os códigos que balizam o contexto e a realidade prisional, sobretudo, pela organização dos presos em grupos e/ou facções, também alcançam os familiares e as mulheres visitantes. De acordo com Barbato Junior (2007), um dos indícios de que os códigos do cárcere funcionam também no contexto extramuros se dá pelo envolvimento de familiares no pagamento de dívidas adquiridas no decorrer da execução penal. De modo geral, como menciona o autor, as dívidas contraídas pelos presos originam-se do contexto do tráfico interno de drogas, ou por eventuais favores trocados.

Os favores prestados e/ou trocados pelos presos podem ser desencadeados também pelo nível de privações a que estão expostos. Nesse sentido, um fato recorrente torna-se o apoio, principalmente aos presos recém-chegados. Nesse contexto, a interação entre os presos assume lacunas deixadas pelo próprio presídio, as quais geram responsabilidades aos familiares. Outro ponto destacado por Barbato Junior (2007) são

os episódios de extorsão das famílias dos presos, que mesmo não contraindo dívidas, passam a ser alvo de uma rede de ameaças.

Ao conversar com a irmã de um preso na frente do estabelecimento, relatou que quando seu irmão chegou não recebeu apoio institucional, sendo apoiado pelos presos. O auxílio recebido foi desde materiais de higiene, roupas e até mesmo empréstimo de celular para dar a notícia de que estava preso. Como meio de pagar pelo serviço prestado, a família passou a colocar créditos em números de celulares fornecidos pelos presos. Mesmo considerando que tenha conseguido pagar o que o irmão realmente devia, começou a receber outras ligações e ameaças para continuar a colocar créditos nos celulares (JARDIM, 2009, Diários de campo).

Por essa conexão entre os códigos intramuros e o mundo externo é que as famílias também “pagam” sanções imputadas a partir das interações do chamado fundo da cadeia. Quando o parente preso não age conforme os valores sociais de seu grupo prisional, sofre ameaças que alcançam seus familiares.

A sujeição criminal das mulheres visitantes pode ser pensada pelas condições concretas que circundam o ambiente prisional, como tráfico de drogas e obrigações para com o preso, e, não obstante, ao grupo a que pertence, gerando o cometimento de condutas ilícitas na expectativa de apoiar o parente preso. Por outro lado, Misse (2008) menciona que a sujeição criminal está para além de um estigma, por englobar aspectos subjetivos como a fusão do evento com a identidade de seu autor, embora o evento não tenha se realizado. Por essa perspectiva, existe todo um olhar diferenciado para as mulheres, pois ainda que não estejam inseridas em interações prisionais, passam a ser referidas como prováveis responsáveis pelo abastecimento de drogas e itens proibidos no ambiente prisional, e, no entanto, sob a perspectiva das relações de gênero, estão assujeitadas a essas situações.

As experiências vivenciadas, tanto em termos de redes de apoio como em relação ao fundo da cadeia, são descritas com base no contato com as dinâmicas prisionais nos dias de visitas. Para compreensão do funcionamento da realização das visitas, seguem alguns relatos que demonstram os ritos que são instituídos, bem como os significados dos dias de visita.

4. Os dias de visitação: os ritos e (alguns) de seus significados

Os dias de visita repercutem nas mais diversas experiências relacionadas à prisão. A seguir, um registro de diário de campo que revela uma experiência bem diferenciada das demais, referente ao processo de auto-eco-organização das mulheres visitantes.

Conversei com uma senhora de idade que estava sentada na frente do presídio. Ela relatou que não realiza visita ao seu filho, quem realiza é sua filha (irmã do preso), pois ela não entra para visita, mas aguarda pela filha durante todo o dia na frente do estabelecimento. Contou que hoje é dia de levar a sacola (que são os mantimentos e materiais de higiene que podem levar para os presos). Por volta de umas 17hs, a filha saiu da visita e relatou que está feliz por seu irmão estar trabalhando, e assim, estar na ala dos trabalhadores. Ela contou que nesta ala são oito por cela, e é uma ala muito boa, a melhor do presídio. Outro fato destacado é de que esta ala tem janela para a rua, e assim, hoje sua mãe tinha visto o filho, pela primeira vez desde que foi preso. A mãe ficou na frente do presídio e o filho da janela acenava para sua mãe, pois ela tem medo de entrar, e em todas as visitas, fica esperando pela filha do lado de fora (JARDIM, 2009. Diário de campo).

O relato abaixo menciona o aprender a lidar com o tratamento, “antigamente eu ficava nervosa”; “tu tem que te submeter”, são descrições como essas que revelam as penalizações dirigidas às mulheres visitantes.

Os dias de visita, antigamente, um dia antes eu já ficava nervosa, tensa, porque, as funcionárias lá te maltratam demais, e tu tem que te submeter a elas, ficamos doente, e estressadas em função disso, quando estamos lá a gente vê coisa pior, não só pior, pior é as condições lá, cachoeira caindo de esgoto, bichos, a gente entra lá, já vai vulnerável por causa dessa situação pra entrada, depois chega lá dentro e vê eles naquela situação, nós saímos muito mal, mesmo, em todos os aspectos, pessoal, psicológico, tudo. (F4).

Um dos procedimentos do dia de visita são as revistas minuciosas⁷, mecanismos que ao mesmo tempo em que expressam uma forte violência institucional, também são percebidos por parte das visitantes como necessários, sobretudo, como meio de diminuir a entrada de utensílios proibidos. A seguir, falas que expressam o antagonismo que envolve esse procedimento.

Porque que no aeroporto internacional as pessoas são extremamente respeitadas e porque que aqui muitas vezes acaba existindo confrontos, porque ou histórias de ter que tirar roupa, ou isso, ou aquilo, não tem a questão do investimento aqui, a coisa passa por aí também, qual a diferença, são seres humanos. Ah, mas um é, isso, é que tá viajando, tem dinheiro, mas e o outro, o outro não tem, então, e aí, isso é motivo para alguém passar por isso, e se tu fores viajar, a gente tem que se colocar um pouco no lugar que a gente tá, imagino, investigando pra funcionar, vamos supor que cada um de nós passando por uma revista, o que é legal, o que não é legal, aí eu não acho legal tirar a roupa, mostrar minha intimidade, isso é abusivo, pois é. E imagina que você tem um filho ou irmão drogado aqui dentro, tu não quer que entre drogas, não é verdade? E quem é quer fazer isso? A gente? Então é

⁷ No Rio Grande do Sul, à época da pesquisa, esse era o termo adotado no estabelecimento. Revistas minuciosas; e as mesmas ocorriam regularmente no período da pesquisa (2009/2010).

difícil achar uma resposta, tem coisa que é difícil. Não é algo simples assim (E8).

O que repercute no relato de uma mãe e a preocupação com as drogas que entram no presídio, apesar de achar os procedimentos abusivos, e afirmar que existem outras dinâmicas das quais ela não faz parte.

Eu acho que uma mãe jamais, por mais ruim que ela fosse, ela vai levar uma droga pra um filho sabendo que vai querer ver um filho naquela perdição, eu acho que isso daí principalmente pras mães. Tu vê às vezes velhinha lá de 80 anos na fila, lá tirando a roupa e se pelando pra passar numa revista, que coisa mais triste isso, eu acho um cúmulo isso aí, porque eu acho ou uma mãe ,que uma vó jamais vão levar uma droga pra um filho, pra um neto. Eu acho que eles deviam também entrevistar as pessoas, as famílias, pra ver a conveniência de fazer o que fazem. E, no entanto, tem tanta coisa errada lá que tem pessoas lá se prostituindo lá dentro da prisão se vendendo pros caras lá arrumar dinheiro, as pessoas da pá virada daqui da rua vão lá pra dentro se prostituir pros caras lá, pros preso lá (F2).

Um elemento presente nas práticas de revistas é o poder discricionário da equipe de segurança, uma vez que podem, com base no regimento para entrada de visitantes nos estabelecimentos, suspeitar de uma visita por porte de material ilícito, independente de ter passado pelo detector de metais, e assim exigir a revista íntima.

Que nem a gente viu ontem a discriminação de uma mulher pela quarta vez. Não digo nem uma senhora, uma guria bem jovem até. É a quarta visita dela e na revista ela tem que se pelar toda, e ela disse que só ia se submeter a isso se tivesse a testemunha de uma visita. Aí uma menina que eu conheço foi a testemunha, tudo, e ela disse que ia dar queixa porque, só porque ela é negra, foi assim que ela entendeu “só porque eu sou negra”, discriminação, e aí ela pegou e saiu dali e foi pra registra queixa (F1).

Considerações finais

O presente estudo, mais do que respostas, instiga a novas interrogações, pois não se tem a pretensão de elencar conclusões generalizantes que encerrem essa temática, ou a encarcerem em respostas triviais. O contexto de inserção de mulheres visitantes em presídios masculinos configura-se pela amplitude de aspectos emergentes em uma realidade de privações. Ao conhecer a experiência social das mulheres que visitam os presos em um presídio masculino, os achados da pesquisa apontam uma série de responsabilizações deslocadas às mesmas.

São experiências sociais que perpassam o contexto de recuo do sistema penitenciário na provisão das condições materiais de sobrevivência em ambientes

prisionais; ao mesmo tempo em que, a construção de mecanismos de reprodução do papel socialmente esperado (e projetado) às mulheres. A inserção das mulheres visitantes no sistema prisional em seus mecanismos disciplinadores, antagônicos e complementares revela não apenas a dimensão de captura como um recurso frente ao recuo do Estado em garantir as mínimas condições para o cumprimento da pena. Pois também, ao constituírem-se como o apoio necessário em termos de tratamento penal, essas mulheres passam a fazer parte das dinâmicas e interações carcerárias.

As histórias e temas emergentes apresentados neste trabalho fazem parte das vivências de mulheres visitantes com base na concepção de auto-eco-organização. Ao mesmo tempo que expressam singularidades, revelam o funcionamento de um sistema social complexo em sua dimensão de holograma, pois, nesse sentido, as falas apresentadas desvendam o todo, na medida em que cada história que aparentemente é vista como privada adquire um sentido social.

Com efeito, os achados da pesquisa revelam mecanismos disciplinadores e violações de direitos, e, desse modo, apontam urgências a serem enfrentadas. Entre estas, existe a necessidade de maior visibilidade às experiências sociais vivenciadas nos ambientes prisionais. Nesse sentido, é imprescindível reconhecer que as visitas passam por penalizações constantes, contrariando um dos preceitos da constituição brasileira, de que nenhuma pena passará da pessoa do condenado. Ainda que a LEP preconize assistência aos familiares e aos egressos do sistema prisional, de fato essa assistência torna-se frágil mediante o contexto de privações. Mesmo que árdua essa tarefa, sobretudo frente ao discurso ou o contradiscurso, como aponta Foucault (2007), daqueles que vivem ou sobrevivem às masmorras de nossa sociedade moderna, na contramão de nosso discurso jurídico e formal, está o nosso desafio de pensar em estratégias dialógicas que possam quiçá minimizar o contexto de violência institucional.

Referências

- BARBATO Jr., Roberto. **Direito informal** e criminalidade – Os códigos do cárcere e do tráfico. Campinas: Millenium, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CHIES, Luiz Antônio Bogo. **A capitalização do tempo social na prisão**: a remição no contexto das lutas de temporalização na pena privativa de liberdade. São Paulo: IBCCrim, 2008.

- _____; COLARES, Leni. **Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos.** Estudos Feministas, Florianópolis. 2010.
- GUINDANI, Miriam Krenzinger. **Tratamento Penal: a dialética do instituído e do instituinte.** In: Serviço Social e Sociedade, n. 67, temas jurídicos, ano 2001.
- _____. KRENZINGER, Miriam. **Violência & Prisão: uma viagem na busca de um olhar complexo.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Porto Alegre: PUCRS, 2002.
- PASINATO, Wânia. **Questões atuais sobre gênero, mulheres e violência no Brasil.** In: Praia Vermelha 14&15, Políticas Sociais e Segurança Pública. Rio de Janeiro: UFRJ; Faculdade de Serviço Social, 2006.
- MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, EVA M. **Técnicas de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. **O uso das abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social.** In: MARTINELLI, M. L. (Org.) Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.
- MEIHY, José Carlos Sebe B. **História oral como fazer como pensar.** São Paulo: Contexto, 2007.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1992.
- MISSE, Michel. **Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro.** Civitas, v. 8, n. 3 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas>. Acesso em: 15 ago. 2011.
- MORAES, Roque. **Análise textual discursiva.** Ijuí: UNIJUÍ, 2007.
- MORIN, Edgar. **A cabeça benfeita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- _____. Edgar. **O método. v. 2.** Vida da Vida. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.
- ROESE, Mauro. **A metodologia do estudo de caso.** In: Pesquisa Social empírica: métodos e técnicas. Porto Alegre: PPGS/ UFRGS, 1998.
- ROJAS, Juana Eugenia Arias. **O indizível e o dizível na História Oral.** In: MARTINELLI, M. L. (Org.) Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.
- ROLIM, Marcos. **O Labirinto, o minotauro e o fio de Ariadne.** Brasília: Centro de informações de coordenação de publicações, 1999.
- ROMANO, Roberto. **Lux in tenebris: meditações sobre filosofia e cultura.** Campinas: Unicamp; São Paulo: Cortez, 1987.
- SANTOS, Simone Ritta dos; JARDIM, Ana Caroline. M. G.; AGUINSKY, Beatriz. **Mecanismos de controle social dirigidos às famílias de presos: entre a familização do tratamento penal e possibilidades de resistência em um recorte de gênero.** In: SILVA, Vini Rabassa da; MENDES, Jussara Maria Rosa; FAGUNDES, Helenara Silveira; AGUINSKY, Beatriz Gershenson (Org.). Política Social: temas em debate. 1 ed. Pelotas: EDUCAT, 2009.
- WOLF, Maria Palma. **Antologia de vidas e histórias na prisão: emergência e injunção de controle social.** Rio de Janeiro: Lúmem Juris, 2005.